

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE JUNHO DE 2021



Maringá – PR., 19 de agosto de 2021.

Aos
Diretores e Conselheiros Fiscais da
COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL
Brasília – Distrito Federal

Prezados Senhores,

Encaminhamos, por intermédio da presente,
para apreciação e análise de Vs. Sas. **Relatório dos Auditores Independentes** sobre as
informações contábeis intermediárias levantadas em 30 de junho de 2021.

Colocamo-nos à disposição de Vs. Sas. para
quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Atenciosamente,



AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM
INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
Em 30 de junho de 2021

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes.....	4 e 5
Balanço Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado do Exercício.....	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixas.....	9
Demonstração do valor adicionado.....	10
Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias.....	11 a 40

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos

Diretores e Conselheiros Fiscais da

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL

Brasília – Distrito Federal

Introdução

Examinamos as informações contábeis intermediárias da **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021, o resultado do período, as demonstrações da mutação do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas, para o período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas aplicáveis no Brasil às entidades do setor público. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente, às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Análise da vida útil e teste de recuperabilidade dos ativos

A Companhia realizou a revisão da vida útil econômica dos ativos imobilizados, bem como, o teste de recuperabilidade dos ativos, conforme requerido pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, conforme laudo técnico emitido em 22 de junho de 2021 por empresa especializada.

O resultado do trabalho foi o seguinte:

- A revisão da vida útil econômica dos ativos imobilizados apresentou ajustes a serem procedidos de forma prospectiva a partir de 01/07/2021;
- O teste de recuperabilidade dos bens não apresentou qualquer indicativo ou indício de perda por redução ao valor recuperável.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelo efeito do assunto descrito no parágrafo “Base para conclusão com ressalva”, as informações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM** em 30 de junho de 2021 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração individual do valor adicionado (DVA) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por nós auditadas, sendo que emitimos em 24 de fevereiro de 2021 relatório de auditoria com ressalvas.

Maringá – PR., 19 de agosto de 2021.


AGNALDO APARECIDO DE SOUZA
Contador Responsável – CRC-PR 038047/O-0
SÊNIOR AUDITORES INDEPENDENTES S.S
CRC-PR 004940/O-6

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Balancos Patrimoniais Levantados em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais

ATIVO		2021	2020	PASSIVO		2021	2020
	Nota Explicativa				Nota Explicativa		
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	22.704	25.504	Fornecedores e Contas a Pagar	14	2.489	4.343
Créditos a Receber	5	47	243	Tributos e Encargos Sociais a Pagar	15	11.566	12.954
Materiais	6	270	326	Obrigações Tributárias a Recolher - Retenções	16	8.118	10.634
Tributos a Recuperar	7	995	1.068	Férias e 13o.salário a Pagar	17	54.902	45.493
Adiantamentos para Despesas	8	5.983	3.255	Provisão para Contingências	18	7.091	8.198
Convênios com Entidades Diversas	9	8.140	8.912	Contas e Despesas a Pagar	19	14.945	15.731
Convênios com Entidades Diversas - TED	21	85.870	78.356	Convênios com Entidades Diversas	20	6.468	10.744
Outros Créditos	10	(32)	31	Convênios com Entidades Diversas - TED	21	85.870	78.356
Total do Ativo Circulante		123.977	117.695	Credores Diversos	22	1.470	2.285
				Total do Passivo Circulante		192.919	188.738
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo	11	12.437	13.184	Tributos e Encargos Sociais a Pagar	15	18.372	18.372
Investimentos	12	5	5	Total do Passivo não Circulante		18.372	18.372
Imobilizado	13	110.507	109.897	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do Ativo não Circulante		122.949	123.086	Capital Social	23	30.148	30.148
				Reservas de Reavaliação	24	20.736	20.969
				Resultado Acumulado	25	(15.249)	(17.446)
				Total do Patrimônio Líquido		35.635	33.671
TOTAL DO ATIVO		246.926	240.781	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		246.926	240.781

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Resultados

Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2021 e 2020 e Três meses de Abril a Junho de 2021 e 2020

Em milhares de reais, exceto o Resultado Líquido do Exercício por ação

		01/01/2021 a 30/06/2021	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020
	Nota Explicativa				
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	26	738	2.033	360	75
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	27	(448)	(1.227)	(215)	(46)
LUCRO BRUTO		<u>290</u>	<u>806</u>	<u>145</u>	<u>29</u>
RECURSOS DA UNIÃO PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS	28	212.626	230.497	111.014	105.028
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	29	(210.522)	(238.252)	(126.440)	(111.675)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>2.394</u>	<u>(6.949)</u>	<u>(15.281)</u>	<u>(6.618)</u>
(DESPESAS) RECEITAS FINANCEIRAS	30	340	(599)	(526)	(233)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		<u>2.734</u>	<u>(7.548)</u>	<u>(15.807)</u>	<u>(6.851)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social	31	(758)	-	(758)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	32	<u>1.976</u>	<u>(7.548)</u>	<u>(16.565)</u>	<u>(6.851)</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO POR AÇÃO		0,67	(2,56)	(5,62)	(2,32)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2021 e seis Meses Findos em 30 de Junho de 2020.

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de Lucros</u>	<u>Reserva de Reavaliação</u>	<u>Resultado Acumulado</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>
SALDOS EM 31/12/2019	30.148	3.508	21.435	-	55.091
Resultado do Período	-	-	-	(7.548)	(7.548)
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	(233)	233	-
Reserva Legal		(3.068)			(3.068)
Reserva de Lucros a Realizar		8.817			8.817
SALDOS EM 30/06/2020	30.148	9.257	21.202	(7.315)	53.292
SALDOS EM 31/12/2020	30.148	-	20.969	-17.446	33.671
Resultado do Período	-	-	-	1.976	1.976
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-233	233	-
Ajustes de Exercício Anteriores				-12	(12)
SALDOS EM 30/06/2021	30.148	-	20.736	-15.249	35.635

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2021 e seis meses Findos em 30 de Junho de 2020.

(Em milhares de reais - R\$)

	06/2021	06/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido do Período	1.976	(7.548)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e Amortização	3.404	5.191
Juros e Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo	-	79
Juros e Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo	(1.169)	(685)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(12)	-
Provisão para Perdas Crédito Realizáveis Longo Prazo - PCLD	584	49
Ajustes no Ativo Imobilizado	-	-
Ajuste da Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	-	-
Provisão de Contingências	(1.107)	30
Ajustes no Ativo Investimentos	-	-
	3.676	(2.884)
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS		
Créditos a receber	(7)	(3)
Estoques	55	23
Tributos a recuperar	73	49
Adiantamentos para despesas	(6.509)	(12.431)
Depósitos Judiciais e para Recursos	1.536	852
Outros ativos	(2.898)	1.733
	(7.750)	(9.777)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS		
Fornecedores	(1.854)	(3.839)
Salários e Encargos	-	1.431
Contas e Despesas a Pagar	6.729	10.674
Outros Passivos	414	3.947
	5.289	12.213
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.215	(448)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição do Imobilizado	(15.494)	(20.624)
Baixa de Imobilizado	11.479	26.272
Adição/Baixa de Intangível	-	-
Baixa de Investimento	-	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(4.015)	5.648
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.800)	5.200
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	25.504	26.309
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	22.704	31.509
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(2.800)	5.200

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

Demonstrações dos Valores Adicionados

Para os Períodos de Seis Meses Findos em 30 de Junho de 2021 e Seis meses Findos em 30 de Junho de 2020.

(Em milhares de reais - R\$)

	2021	2020
RECEITAS	213.377	232.543
Recursos Financeiros da União	212.626	230.497
Outras receitas	751	2.046
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	30.628	57.393
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	448	1.227
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	50.126	56.884
Perda/Recuperação de valores ativos	584	49
Outras(Provisões, Reversões e Resultado com Ações Judiciais)	-20.530	-767
VALOR ADICIONADO BRUTO	182.749	175.150
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	5.834	6.096
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	176.915	169.054
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.169	685
Receitas financeiras	1.169	685
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	178.084	169.739
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	178.084	169.739
Pessoal	158.020	154.903
Remuneração direta	144.984	140.821
Benefícios	4.305	4.956
FGTS	8.731	9.126
Impostos, taxas e contribuições	17.259	21.100
Federais	17.188	20.871
Estaduais	21	24
Municipais	50	205
Remuneração de capitais de terceiros	829	1.284
Juros	829	1.284
Remuneração de capitais próprios	1.976	-7.548
Juros sobre o capital próprio	0	0
Dividendos	0	0
Lucros retidos/Prejuízo do exercício - Atribuível aos Acionistas Controladores	1.917	-7.322
Lucros retidos/Prejuízo do exercício - Atribuível aos Acionistas não Controladores	59	-226

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021.**

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Nota 1 - Contexto Operacional

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM é uma Sociedade por Ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, vinculada ao Ministério de Minas e Energia e com as atribuições de serviço geológico do Brasil.

Para total e fiel obtenção de seus objetivos sociais, compete à CPRM gerar e difundir o conhecimento das Geociências com excelência no interesse do país, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações, devendo, especificamente:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e execução dos serviços de Geologia e Hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional, incluindo a Plataforma Continental Jurídica Brasileira e Áreas Oceânicas Adjacentes;
- Gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil;
- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país;
- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível à sociedade brasileira;
- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;
- Realizar pesquisas, estudos e mapeamentos relacionados com os fenômenos naturais e induzidos, ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha;
- Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação. De acordo com o disposto no § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, consideram-se: a) recursos minerais: as massas

individualizadas de substâncias minerais ou fósseis encontradas na superfície ou no interior da terra, bem como na plataforma submarina; b) recursos hídricos: as águas de superfície e as águas subterrâneas.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM atua em todo o território nacional, possui sede e foro em Brasília/DF, além de 12 Unidades Regionais nas seguintes localidades: Rio de Janeiro, Manaus, Porto Velho, Belém, Recife, Fortaleza, Teresina, Goiânia, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador e Porto Alegre. Vinculados a estas unidades regionais estão os Centros Integrados de Estudos Multidisciplinares – CIEM de Apiaí, São Paulo, Centro Integrado de Estudos Geológicos – CIEG Morro do Chapéu, Bahia, Depósitos de Mossoró, Rio Grande do Norte, Caçapava do Sul, Rio Grande do Sul e Feira de Santana, Bahia, Núcleos de apoio técnico Curitiba, Paraná, Criciúma, Santa Catarina, Natal, Rio Grande do Norte, Roraima, Roraima e Cuiabá, Mato Grosso, Rede de Bibliotecas, Litotecas, Laboratórios e, Museu de Ciências da Terra - MCTER.

Nota 2 - Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941, de 27 de maio de 2009, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia escritura suas operações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total, sendo os Balanços de Unidades Gestoras consolidados no Órgão 29208 – Gestão 29208. A sua escrituração está mantida em registros permanentes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo feita conforme estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os elementos apresentados nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, ou seja, a “moeda funcional”, que é também a moeda corrente nacional – denominada Real.

c) Uso de estimativa e julgamento

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas contábeis e os julgamentos da administração, baseados nas informações disponíveis, são revisados de forma contínua.

d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

Nota 3 - Resumo das Principais Diretrizes Contábeis

a) Caixa e Equivalente de Caixa

Os valores registrados nas Contas Contábeis 1.1.1.1.1.02.06 – Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional, 1.1.1.1.2.20.01 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Orçamento Fiscal da Seguridade Social - OFSS, 1.1.1.1.2.20.03 – Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento - Orçamento Fiscal da Seguridade Social OFSS e 1.1.1.1.1.02.06 - Recursos da Conta Única Aplicados representam, no Balanço da Companhia, as disponibilidades, ou seja, o Caixa e Equivalentes de Caixa.

Essas contas são movimentadas conforme normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, principalmente, as Macrofunções n.º. 020303 – Programação e Execução Financeira, item 7, 020305 – Conta Única do Tesouro Nacional, item 3.5 e o Decreto nº 6.170 de 25.07.2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências, Art. 10, parágrafos 4º e 5º.

b) Créditos a Receber

Os valores registrados em créditos a receber são referentes ao ressarcimento das despesas com cessão de empregados a outros órgãos e ressarcimento de despesas por cessão de espaço físico a terceiros, de interesse comum. A CPRM não possui contas a receber de clientes.

c) Materiais

Os valores registrados neste item são materiais de consumo, avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição.

d) Tributos a Recuperar

A contabilização do item tributos a recuperar refere-se aos créditos apurados, conforme legislação tributária específica do PIS/PASEP e da COFINS (Leis 10.637/2002 e 10.833/2003).

e) Adiantamento para Despesas

Os adiantamentos são demonstrados no ativo circulante e reclassificados em contas de despesas quando da prestação de contas.

f) Convênios com Entidades Diversas

Os recursos de convênios, quando a CPRM é concedente, são contabilizados em conta do ativo circulante e após a aplicação destes recursos, baixados pela prestação de contas do Ente conveniado.

g) Financiamentos a Receber

Os financiamentos a receber são referentes ao Programa de Assistência Financeira à Pesquisa Mineral (PAFPM), do Governo Federal, que teve como objeto estimular os empresários brasileiros a se dedicarem ao ramo da mineração, oferecendo um sistema de financiamento adequado às peculiaridades da prospecção mineral, e assumindo, juntamente com o empresário, os riscos inerentes à mesma.

Os itens são demonstrados conforme valores históricos, corrigidos com juros e correção monetária e norteados por contratos específicos, além dos registros ajustando as possíveis perdas.

h) Investimentos

Os itens demonstrados possuem natureza permanente e estão atualizados ao valor patrimonial.

i) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração as estimativas dos critérios vigentes, apropriada ao resultado do exercício) e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

j) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços que foram adquiridos no curso normal das operações de empresas nacionais.

l) Financiamentos a Pagar

Os empréstimos firmados pela CPRM cujo prazo é superior a um ano entre a assinatura do contrato e seu pagamento final são contabilizados no passivo não circulante e os valores a serem pagos até o final do exercício seguinte, para o passivo circulante. Tais financiamentos estão suportados por contratos específicos.

m) Impostos e Encargos Sociais a Pagar

As obrigações da Companhia com o Governo relativas a impostos, taxas e contribuições são registradas em contas específicas dentro desse item.

n) Salários, Remunerações e Benefícios, Férias e 13º Salários a Pagar

Foram apropriados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

o) Provisão para Contingências

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes são as seguintes: (i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

p) Convênios com Entidades Diversas

A Companhia recebe recursos de convênios concedidos por Órgãos e Entidades, que são contabilizados no passivo circulante e sua aplicação é apurada mensalmente.

q) Capital Social

O Capital Social da CPRM é composto por Ações Ordinárias e Preferenciais, totalmente integralizadas, com 97% das Ações pertencentes à União Federal e 3% a Entes Federativos.

r) Reserva de Reavaliação

Os itens de reserva de reavaliação foram constituídos conforme reavaliação feita à época nos moldes da ferramenta SPIUnet (Sistema Público de Gerenciamento dos Imóveis do Governo Federal) e norma específica e a realização pela depreciação dos respectivos imóveis.

s) Apuração do Resultado

O resultado é apurado segundo o Regime de Competência. O resultado antes dos tributos sobre o lucro é apurado somando o lucro bruto e os recursos da União para operações e investimentos, diminuídos do resultado das despesas e receitas operacionais e financeiras. O resultado fiscal é apurado trimestralmente conforme legislação do Imposto de Renda e o IRPJ e Contribuições sobre o Lucro Líquido – CSLL, conforme LALUR e LACS.

t) Receita

A receita líquida é resultado da receita bruta diminuída do Imposto sobre Serviços – ISS, tributo sobre ela incidente, conforme legislação tributária específica. As receitas surgem no curso normal da atividade econômica, pesquisa e desenvolvimento em ciências físicas e naturais, desenvolvida pela Companhia, referindo-se, principalmente, aos serviços prestados pela rede de Laboratórios de Análise Mineral – LAMIN/CPRM.

u) Custos

A apuração dos custos referentes à prestação dos serviços é estimada com base nas informações geradas pelo Sistema de Informação de Custos do Governo Federal – SIC, de acordo com a avaliação dos centros de custos, pelas áreas que prestam o serviço.

v) Despesas

O registro das despesas atende as classificações e os estágios da Execução da Despesa e do Orçamento Público. O referido registro, é composto pelos lançamentos das despesas patrimoniais, depreciações, provisões, perdas, entre outras.

Nota 4 - Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa é representado pelas Contas Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Orçamento Fiscal da Seguridade Social, Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento - Orçamento Fiscal da Seguridade Social e Recursos da Conta Única Aplicados.

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Limite de Saque com Vinculação Pagamento - OFSS	10.583	10.241
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OP - OFSS	11.520	15.090
Recursos da Conta Única Aplicados	601	173
Total	22.704	25.504

4.a) Limite de Saque com Vinculação Pagamento – OFSS: O limite de saque com vinculação de pagamento é um processo pelo qual a Coordenação Geral de Programação Financeira – COFIN, controla os pagamentos dentro de cada fonte de recursos (origem ou procedência de financeiro que deve ser gasto com uma determinada finalidade), de forma a vincular a liberação com a respectiva despesa. Na programação da execução financeira é feita a compatibilização entre a liberação e a disponibilidade de caixa do Tesouro Nacional, observando a Lei Orçamentária Anual – LOA.

4.b) Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OP – OFSS: Ressalta-se que o saldo da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – Ordem de Pagamento – OFSS, no valor de R\$ 11.520 representa os pagamentos que aguardam autorização para posterior emissão de ordem bancária.

4.c) Recursos da Conta Única Aplicados: Conforme orientações da norma, Macrofunção nº 020305 – Conta Única do Tesouro Nacional, item 3.5, emitida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a Companhia faz a transferência dos recursos da sua conta única para a conta de aplicação, assim como o resgate do valor aplicado à conta única. Ao final de cada decêndio, a partir do saldo diário da conta de aplicação, é realizado o cálculo da remuneração diária (saldo do dia x taxa STN). O equivalente de caixa referente aos Recursos da Conta Única Aplicados, no valor de R\$ 601, em 31 de dezembro de 2020, está registrado conforme o Decreto nº 6.170, de 25.07.2007, onde ficou estabelecido que os recursos de convênio, enquanto não utilizados, devem ser aplicados e as receitas financeiras auferidas devem ser obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade.

Nota 5 – Créditos a Receber

Os valores registrados em Contas a Receber referem-se basicamente a créditos por cessão de pessoal a outros órgãos, conforme abaixo:

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	47	243
Total	47	243

Sobre o saldo existente em 30 de junho de 2021, ressalta-se que no segundo trimestre de 2021 foi transferido para o longo prazo o valor de R\$ 203 mil referente a Procuradoria Geral do Estado do Amapá, conforme Ofício N° 94/2021/DICOTE/COJUR/PR/CA-CPRM DE 22/06/2021.

Nota 6 - Materiais

Os valores registrados neste grupo referem-se a materiais de consumo, demonstrados pelo custo médio ponderado de aquisição.

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Material de Consumo	270	326
Total	270	326

Nota 7 – Tributos a Recuperar

Neste grupo são registrados os créditos tributários referentes à COFINS e ao PIS/PASEP apurados conforme a transmissão da Escrituração Fiscal Digital – Contribuições (EFD – Contribuições). São contabilizadas também as retenções de tributos federais por terceiros.

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
COFINS a Recuperar/Compensar	811	871
PIS/PASEP a Recuperar/Compensar	176	189
Outros Tributos a Recuperar/Compensar	8	8
Total	995	1.068

Nota 8 - Adiantamentos para Despesas

São registrados neste grupo os adiantamentos para o atendimento das operações da Companhia, consoante a normativos específicos, sendo os adiantamentos de viagens e serviços realizados na prestação de contas.

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Adiantamento de Décimo Terceiro	3.914	32
Adiantamento de Férias	499	1.294
Adiantamento de Viagens e Suprimento de Fundos	918	1.083
Adiantamento a Prestadores de Serviços	652	846
Total	5.983	3.255

Nota 9 - Convênios com Entidades Diversas

Os recursos de convênios transferidos pela CPRM às Entidades Diversas são contabilizados em conta de ativo circulante, representando um direito que será realizado quando o conveniente prestar contas após aprovação da área técnica. Conforme legislação vigente, a prestação de contas deverá ser apresentada em até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do termo de execução descentralizada.

De acordo com o controle realizado pela Divisão de Execução Financeira DIEFIN/DECOF/CPRM, segue quadro resumo:

Entidades Diversas	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) - Vigência: 02/2016 a 02/2018 - Prorrogado o prazo para 31/12/2020 Objeto: Manutenção e a Ampliação da Rede Sismográfica Brasileira – RSBR, constituída pela Rede Sismográfica do Sul e do Sudeste do Brasil – RSIS Obs.: A prestação de contas realizada conforme documento hábil Siafi 2021NS000600 de 30/04/2021.	-	1.360
Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Vigência: 12/2015 a 11/2017 - Prorrogado prazo para 30/11/2021	1.500	1.500

Objeto: Realização de três campanhas de levantamento de dados geofísico e oceanográficos e coleta de amostras geológicas na região da Plataforma de Florianópolis e no Terraço de Rio Grande para avaliação da ocorrência de depósitos de fosforita dentro do Programa REPLAC Obs.: OBS: Em andamento.		
Centro Federal de Educação Tecnológica de MG – CEFET – Vigência: 26/12/2019 a 26/06/2021. Objeto: O presente instrumento tem por objeto o desenvolvimento de um novo desenho organizacional para a CPRM com vistas ao aprimoramento da eficiência e efetividade da organização, baseado nas modernas práticas gerenciais, em conhecimento científico de fronteira, no alinhamento à estratégia organizacional e em adaptações de aspectos complementares devidas às consequências da mudança estrutural. TED 38/CPRM/2019 – ED 699557 Obs.: Em andamento.	985	461
Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro – Vigência 11/2009 a 11/2013 Objeto: Mapeamento geológico e dos recursos minerais de uma área de cerca de 3.000 Km quadrado, da Folha Itaboraí (SF-23-Z-B002DV), situada na região da baixada litorânea e parte da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Obs.: Aguardando o ateste do gestor do convênio aprovando a prestação de contas, e Cobrança através do processo SEI 48038.000063/2021-06.	160	160
Diretoria de Finanças da Marinha – Vigência: 12/2019 a 12/2022. Objeto: Manutenção Anual do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira" e de seu parque de equipamentos científicos, bem como seu uso para a realização de levantamentos marinhos, necessários para cumprir objetivos dos projetos de exploração marinha da CPRM, nos programas REPLAC E PROAREA. TED 36/CPRM/2019 – ED 699113 Processo SEI nº 48032.002593/2020-50 OBS: TED em andamento, dentro do prazo de vigência.	2.000	2.000
Diretoria de Finanças da Marinha – Vigência: 11/2020 a 11/2021. Objeto: Manutenção Anual do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico "Vital de Oliveira" e de seu parque de equipamentos científicos, bem como seu uso para a realização de levantamentos marinhos, necessários para cumprir objetivos dos projetos de exploração marinha da CPRM, nos programas REPLAC E PROAREA. TED nº016/CPRM/2020 Processo SEI nº 48035.002074/2020-61 OBS: Em andamento, dentro do prazo de vigência	1.689	1.689
Universidade Federal Fluminense – Vigência: 11/2019 a 11/2020. Objeto: Consolidar e ampliar os estudos sobre as causas e patologias diversas que estão afetando os prédios e estruturas urbanas em Maceió – Alagoas. TED 28/CPRM/2019 – ED 698880	162	162

OBS: Enviado despacho (0516090) no processo SEI 48032.002010/2020-91 cobrando a Prestação de contas.(última cobrança 30/06/2021)		
Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa – FADESP – Vigência: 11/04/2016 a 11/04/2021 Objeto: Objeto: Estabelecimento de valor e a forma de repasse de contribuição financeira, com alteração no plano de aplicação (Anexo I), para custeio da gestão e manutenção física e lógica da infraestrutura da Rede MetroBel, referente ao atual exercício. Processo SEI 48032.002656/2020-78 OBS: Aguardando apresentação da Prestação de Contas pelo Gestor do TED.	41	41
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE Vigência: 10/11/2020 a 10/05/2021 Objeto: Análises químicas da água do mar para determinação dos principais nutrientes inorgânicos dissolvidos. Processo SEI nº48035.002130/2020-68 Descentralização: 2020NC003417/2020PF002507 OBS: Aguardando apresentação da Prestação de Contas pelo Gestor do TED.	175	153
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN Vigência 13/11/2020 a 13/07/2021 Objeto: Estudos de caracterização da fonte dos fenômenos sismológicos associados a rachaduras e afundamentos de terrenos em região urbanizada em Maceió - AL, para subsidiar a consolidação das conclusões até então obtidas pela CPRM e apoiar o monitoramento do processo na região. TED 017/CPRM/2020 Processo SEI nº48032.001925/2020(89 OBS: Em andamento.	209	167
Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP Vigência: 12/2020 a 12/2021 Objeto: Desenvolvimento de atividades que viabilizem a implantação de serviços de comunicação e colaboração, bem como infraestrutura de redes avançadas, integrados à RNP para uso da CPRM. TED 020/CPRM/2020 Processo SEI nº48032.006471/2020(32 OBS: Em andamento.	1.219	1.219
Total	8.140	8.912

Nota 10 - Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a grupos do Ativo Circulante, tais como Prêmios de Seguros a Apropriar, Assinaturas e Anuidade a Apropriar e Valores a Receber por GRU de Despesas Estornadas. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentaram saldos de R\$ (32) e R\$ 31, respectivamente.

Nota 11 - Realizável a Longo Prazo

No Ativo Realizável à Longo Prazo estão registrados os Financiamentos Concedidos, sob o título de Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Mineraias, evidenciando os valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, conforme recursos dos Programas de incentivo do Governo Federal da época. Além de Outros Créditos, tais como contratos de Cessão de Direitos Mineraias, Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação, demonstrados abaixo:

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Financiamentos Concedidos	8.671	8.108
Outros Créditos	3.765	5.076
Total	12.437	13.184

Nota 11.1 - Financiamento Concedidos à Pesquisa Mineral

Sobre os Processos ativos no banco de dados da Agência Nacional de Mineração (ANM), a Consultoria Jurídica/COJUR/CPRM recomendou, de acordo com os Ofícios nºs 3/2021/DIESPA/COJUR/PR/CA-CPRM, e Ofício nº 93/2021/DICOTE/COJUR/PR/CA-CPRM de 21 de junho de 2021, a seguinte classificação para os riscos contratuais que consequentemente, deu conformidade aos ajustes das perdas, no Balanço da Companhia:

PROCESSOS	EMPRESAS	RECUPERAÇÃO	CUSTO CORRIGIDO	PERDAS ESTIMADAS
003.499/35	EXDIBRA EXTR. DIAMANTES S/A.	REMOTO	3.422	(3.422)
808.445/73 810.677/73	MINEPAR MIN. GASPAR LTDA.	POSSÍVEL	15.754	(15.754)
805.657/76 805.658/76 805.659/76 812.559/76	BELO SUN MIN. LTDA.	PROVÁVEL	8.672	-
Total			27.848	(19.176)

Os saldos líquidos referentes aos Financiamentos à Pesquisa Mineral registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo de R\$ 8.672 em 30 de junho de 2021 e de R\$ 8.108 em 31 de dezembro de 2020, foram atualizados com juros contratuais que variam de 3% a 7% a.a., representado pelos valores totais de R\$ 27.848 e de R\$ 26.700 respectivamente, deduzindo-se R\$ 19.176 e R\$ 18.592, relativo à Provisão de Riscos Contratuais para perdas estimadas.

Sobre a recuperação dos financiamentos, o Grupo de Trabalho criado pelo Ato nº 252/PR/2019 em outubro de 2019, diligenciou com intuito de obter informações junto ao Cartório de Registros de Títulos e Documentos (verificando o registro do 4º TA ao financiamento da Oca/Verena/Belo Sun), junto à Justiça Federal RJ (verificando o andamento do processo da Exdibra) e junto à Agência Nacional de Mineração (verificando a caducidade das portarias de lavra da Minepar). Pela análise da documentação, até o momento, verifica-se a possibilidade de recuperação de valores referentes aos financiamentos. Contudo, o GT deu por encerrado os trabalhos de recuperação das mineradoras Minepar e Exdibra, tendo em vista a não localização dos mesmos, recomendando que a administração da CPRM consulte a COJUR-Consultoria Jurídica da CPRM), sobre a viabilidade de ajuizar ação de exibição de documentos e ação judicial, tendo em vista a negativa de prestar informações pelo BNDES no que tange a Mineradora Exdibra e a dificuldade de contato com os envolvidos, em função também da impossibilidade de localização. A Mineradora Belo Sun Ltda está em negociação, com a provável recuperação dos valores repassados pela CPRM, acrescido de juros contratuais e correção inflacionária, conforme processo SEI nº 48035.000762/2020-97.

Nota 11.2 - Outros Créditos

Classificam-se neste grupo os demais valores a receber não relacionados a outros grupos do Realizável a Longo Prazo, tais como Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.

Neste grupo também estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irretroatável, pela CPRM à Companhia Energética de São Paulo (CESP), nos termos definidos na “escritura de cessão de direitos minerais”, firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda. com a interveniência da CPRM por escritura pública lavrada em 11/11/1993. Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem-sucedidas de “turfa”, realizadas pela Companhia em uma área de 2.730 hectares do “Projeto Caçapava”, localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), hoje ANM. As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética. O saldo contábil da conta Direitos sobre Concessões em 30 de junho de 2021 é de R\$ 2.775, assim como o saldo credor da Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis a Longo Prazo.

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Crédito por Concessão Direito de Uso/Exploração de Bens	2.775	2.775
Ajuste Perda para Crédito de Liquidação Duvidosa	(2.775)	(2.775)
Depósitos Judiciais	1.714	2.807
Depósitos para Interposição de Recursos	1.121	1.564
Depósitos Compulsórios - Combustíveis	626	607
Depósitos Compulsórios - Veículos	102	98
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal -EST	203	0
Total	3.766	5.076

Importante acrescentar que foi instituída a formação de um Grupo de Trabalho, através do Ato nº 14/PR/19, de 28 de janeiro de 2019, com a finalidade de estudar a situação financeira das obrigações de repasse de percentual do minério explorado nas áreas cedidas a terceiros, subsidiando eventual cobrança administrativa e ou judicial decorrente de inadimplemento, e sugestão de diretiva executiva dos contratos.

Verificações feitas pelo Grupo levantaram informações, expressas no Memorando nº 106/2019/DICOTE/COJUR, de 12 dezembro 2019, sobre o contrato da Eucatex Mineral Ltda. Conforme o citado Memorando, em vistoria realizada, por pesquisador da CPRM, em 03 e 04/04/19, não foi observada atividade de lavra nas áreas de turfa, conforme visitas técnicas realizadas em 03 e 04/04/19. A área onde ocorreu a exploração da turfa no passado atualmente é um lago cercado de pequenas propriedades rurais onde exercem as atividades de agricultura e pecuária e nas análises dos relatórios anuais de lavra realizadas, a empresa não declarou produção alguma.

Neste sentido, não há qualquer informação de valores presentes a serem pagos à CPRM. Cabendo afirmar que tal conclusão faz parte de um estudo preliminar, que não exclui eventuais recebíveis pela exploração pretérita, são as considerações finais feitas pela COJUR, conforme o citado Memorando.

Sobre o saldo existente em 30 de junho de 2021, ressalta-se que no segundo trimestre de 2021 foi transferido para o longo prazo o valor de R\$ 203 mil referente a existência de Processo Judicial Transitado em Julgado desde 19/04/12. Cumprindo a decisão, o processo foi remetido à Contadoria Judicial em 20/02/19 e em 02/05/19 a Procuradoria Geral do Estado do Amapá foi intimada a manifestar-se sobre o cálculo atualizado. O Processo está concluído desde 09/08/2019, aguardando expedição de precatório, conforme Ofício Nº 94/2021/DICOTE/COJUR/PR/CA-CPRM DE 22/06/2021.

Nota 12 - Investimentos

Os valores registrados como Investimentos correspondem a ações e títulos de natureza permanente, atualizados a valor patrimonial.

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Ações de Outras Companhias e Incentivos Fiscais	5	5
Total	5	5

Nota 13 - Imobilizado

Inicialmente, cabe ressaltar que a Nota Explicativa foi construída em observância aos itens 18, 19, 20 e 22 do Parecer SEI nº 5/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME.

Os elementos do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos dos saldos acumulados da respectiva conta de depreciação acumuladas e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Sobre o atendimento às orientações da NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Administração da Companhia, considerando o aperfeiçoamento dos procedimentos do próximo inventário geral de bens móveis, poderá avaliar se há alguma indicação de que os bens sofreram desvalorização, como exemplo, evidência da obsolescência ou dano físico dos ativos imobilizados, considerando que terá fontes internas mínimas de informação e os bens poderão ser caracterizados como sujeitos ao reconhecimento de perdas.

As informações resultantes do procedimento do inventário geral de bens móveis realizado no exercício 2020 estão detalhadas na Nota Técnica nº 6/2020/DIPATI/DEAMP/DAF/PR/CA de 15 de dezembro de 2020.

As principais dificuldades relatadas foram: conferência física “*in loco*”; os membros das comissões não tiveram dedicação exclusiva, conforme determinava a norma ADM 01.02.11, no seu item 9.2 e divergências entre o sistema de controle e a situação real do bem. Como resultado, está o fato de que 20,7% dos bens não foram localizados, conforme detalhado na tabela 10, da referida Nota Técnica. Ainda conforme a citada NT, diante das dificuldades impostas pela pandemia do COVID-19, o inventário de bens patrimoniais referente ao exercício 2020 foi concluído e os seus efeitos foram refletidos no Balanço da CPRM.

A CPRM, em relação à estimativa de vida útil econômica e taxa de depreciação, considerando que antes à vigência da Lei nº 11.638/2007, e conseqüentemente, antes às orientações da NBC TG 27 (R4), a depreciação era calculada de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal, manteve, em 2021, os parâmetros vigentes, por meio do método linear, como segue:

Bens do Ativo Imobilizado	Estimativa de vida Útil	Taxa de depreciação
Máquinas e Equipamentos a.a.	Dez anos	10%
Equipamentos de Informática a.a.	Cinco anos	20%
Móveis e Utensílios a.a.	Dez anos	10%
Veículos a.a.	Cinco anos	20%
Embarcações a.a.	Dez anos	10%
Imóveis a.a.	Vinte e Cinco anos	4%
Instalações a.a.	Dez anos	10%
Terrenos – Não depreciável		
Documentação, Objetos de Arte e Peças para Exposição – Não depreciável		

A Companhia fará revisão das estimativas, se necessário, quando existir uma indicação confiável de mudança significativa desde a última data de Balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Os saldos do Imobilizado em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão representados abaixo, conforme item 21 do Parecer SEI nº 5/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME e Pronunciamento Técnico CPC nº 27:

R\$ Mil	Saldo(custo) em 31/12/2020	Adições do Período	Baixas do Período	Saldo (custo) até 30.06.2021	Depreciação Acumulada 31/12/2020	Depreciação do Período	Saldo Líquido em 30/06/2021
Imóveis	76.736	905	-	77.641	(17.604)	(639)	59.398
Laboratórios	3.790	-	-	3.790	(667)	(70)	3.054
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Aparelhos de Medição e Orientação	49.684	3.342	2.706	50.320	(35.578)	(1635)	13.107
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.766	80	52	1.793	(1.694)	(9)	91
Equipamentos de Operação	12.265	3.133	2.729	12.670	(9.390)	212	3.492
Mobiliário em Geral	11.330	490	535	11.285	(8.580)	(261)	2.443
Instalações	1.294	177	-	1.471	(1)	-	1.471
Embarcações	854	184	116	922	(718)	(18)	186
Veículos	24.918	4.437	2.115	27.239	(23.253)	(427)	3.559
Equipamentos Áudio, Vídeo e Foto	2.509	206	120	2.595	(1.932)	(66)	597
Equipamentos de Processamento Dados	34.056	2.100	1.793	34.363	(26.418)	(825)	7.119
Documentação, Museus e Objetos de Arte	8.942	-	-	8.942	(93)	-	8.848
Imobilização em Curso	4.247	-	-	4.247	-	-	4.247
Aparelhos e Equipamentos para Laboratório	16.627	318	321	16.624	(13.353)	(548)	2.723
Máquinas e Ferramentas de Oficina	1.123	121	404	840	(965)	295	171
TOTAL	250.142	15.494	10.892	254.743	(140.245)	(3.991)	110.507

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021.

(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

Em Imobilizações em Curso são contabilizados os gastos com materiais, mão-de-obra direta e indireta, outros gastos em obras em andamento que, quando concluídas, terão sua destinação voltada à manutenção das atividades da empresa, ocasião em que serão reclassificadas para as contas específicas no imobilizado. Já em Equipamentos de Operação são contabilizados máquinas e equipamentos gráficos, eletroeletrônicos, doméstico, hidráulico, agrícolas e agropecuário, de proteção e segurança e de natureza industrial.

Complementarmente, a Administração da CPRM ressalta que desde a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, adotou todas as rotinas contábeis, conforme enfoque patrimonial da Contabilidade Pública, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, referentes à movimentação do Ativo Imobilizado em todas as Unidades Gestoras.

Nota 14 - Fornecedores e Contas a Pagar

São registrados neste grupo as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da Companhia, e aquelas decorrentes de prestações de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, entre outras.

As obrigações com os Fornecedores e Contas a Pagar são registradas pela Companhia no momento da ocorrência do fato gerador, observado o Regime de Competência, conforme procedimentos descritos na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelas liquidações executadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Contas a Pagar Credores Nacionais	2.442	3.679
Fornecedores Nacionais	47	664
Total	2.489	4.343

Nota 15 – Tributos e Encargos Sociais a Pagar

Estão registrados os saldos das contas de Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, Imposto Sobre Serviços – ISS, os Tributos Renegociados, além dos encargos com Contribuição para o INSS e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, de acordo com a representação abaixo:

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Tributos Renegociados a Curto Prazo	4.716	5.735
Tributos Renegociados a Longo Prazo	18.372	18.372
INSS Contribuição s/ Salários e Remunerações	4.764	5.267
FGTS	1.428	1.952
IRPJ a Recolher	658	-
Total	29.938	31.326
Circulante	11.566	12.954
Não Circulante	18.372	18.372

15.a) Tributos Renegociados a Curto Prazo: Registra os valores exigíveis a curto prazo devidos pela Companhia relativos a Tributos Federais que foram renegociados com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e à Receita Federal do Brasil – RFB. O saldo em 30 de junho de 2021 foi R\$ 4.716, enquanto em 31 de dezembro de 2020 o saldo foi de R\$ 5.735.

Conforme relatório de Situação Fiscal, segue quadro resumo dos Processos referentes aos tributos renegociados:

TRIBUTOS RENEGOCIADOS	
Diagnóstico Fiscal da Receita Federal	
Parcelamento com Exigibilidade Suspensa	
Processos	Código da Receita
10166.726.797/2014-43	8109-PIS 2172-COFINS 6012-CSLL
10166.408.305/2019-45	6012-CSLL
10166.408.400/2019-49	0220-IRPJ
14041.000.908/2007-26	3926- Reabertura da Lei nº 11.941/2009
Diagnóstico Fiscal na Procuradoria(Geral da Fazenda Nacional)	
Processos (Inscrição com Exigibilidade Suspensa)	
Processos	Código da Receita
10166.500.041/2006-66, 10166.500.477/2008-17, 14041.001.114/2005-18 e 10166.507.934/2011-08.	3835(Reabertura da Lei nº 11.941/2009
PERT – MP-783/2017 – Art.3 Inciso I	1734-IRPJ/CSLL

15.b) Tributos Renegociados a Longo Prazo: Nesta conta estão registrados os valores exigíveis a longo prazo devidos pela Companhia relativos a Tributos Federais que foram renegociados. A Companhia segrega os tributos renegociados junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN e à Receita Federal do Brasil – RFB. O saldo em 30 de junho de 2021 foi R\$ 18.372, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 18.372.

15.c) Encargos de INSS: Registra os valores relativos às contribuições à Previdência Social, incidentes sobre salários e remunerações pagos pela Companhia. Os encargos foram apropriados em março para recolhimento no mês de abril de 2021 e o saldo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 4.764, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5.267.

15.d) Encargos de FGTS: Registra os valores dos encargos sociais a recolher ao FGTS, gerados por pagamentos de salários apropriados em março para recolhimento no mês de abril de 2021. O saldo em 30 de junho de 2021 foi R\$ 1.428, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.952.

15.e) IRPJ a Recolher: Registra os valores dos impostos apurados no primeiro trimestre de 2021 e não recolhido no mês de abril de 2021, por meio da Sentença datada em 15/06/2020 (fls.115 a 124), nos autos do processo nº 1002685-79.2020.4.01.3400. O saldo em 30 de junho de 2021 foi R\$ 658.

Nota 16 – Obrigações Tributárias a Recolher – Retenções

São registradas as movimentações das contas de retenções tributárias, em que a CPRM é responsável pela retenção e pelo recolhimento, conforme demonstrado abaixo:

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	5.647	7.767
INSS	1.412	1.437
Impostos e Contribuições Divs Devidos ao TN	1.018	1.366
ISS	38	60
Outros	4	4
Total	8.118	10.634

16.a) IRRF devido ao Tesouro Nacional: Registra os valores referentes às retenções na fonte, pela CPRM, do imposto sobre a renda, relativas às importâncias pagas a terceiros ou creditadas a servidores ou empregados, sobre as quais incida o referido imposto. O saldo em 30 de junho de 2021 foi R\$ 5.647, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 7.767.

16.b) INSS: Registra o valor das retenções, procedidas em pagamentos de empregados regidos pela consolidação das leis do trabalho (CLT) ou de serviços de terceiros, a ser recolhido ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS. O saldo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 1.412, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.437.

16.c) Impostos e Contribuições Diversos Devidos ao Tesouro Nacional: Registra os valores referentes às retenções na fonte, pela Companhia, de impostos e contribuições diversos, relativos às importâncias pagas a terceiros, sobre os quais incidam os referidos tributos, conforme,

principalmente, a Instrução Normativa RFB nº Lei 1.234/2012 e alterações. O saldo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 1.018, enquanto em 31 de dezembro de 20120 foi de R\$ 1.366.

16.d) ISS: Registra o valor das retenções, procedidas em pagamentos de Serviços prestados por fornecedores. O saldo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 38, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 60.

16.e) Outros: Estão agrupadas as contas de INSS-Contribuição S/ Salários e Remunerações Terceiros, INSS-Contribuição S/ Serviços Terceiros Contribuintes Avulsos, Recursos Previdenciários - GPS a Emitir, INSS - Contribuição S/ Serviços de Terceiros – Intra Orçamento, INSS - Contribuição S/ Serviços de Terceiros – Inter Estadual, Recursos Fiscais - DARF a Emitir, Recursos Fiscais Estadual/Municipais.

Nota 17 - Férias e 13º Salário a Pagar

A Companhia registra as Férias e o 13º Salário pelo Regime de Competência, na apropriação mensal de 1/12(um, doze avos), sobre a folha de pagamento. A CPRM pagou aos seus funcionários o 13º Salário dentro do exercício.

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Férias a Pagar	54.902	45.493
Total	54.902	45.493

Nota 18 - Provisão para Contingências

A Provisão para Contingências foi constituída conforme situações futuras de perdas. Os Processos classificados com riscos prováveis pela Consultoria Jurídica da Companhia, estão demonstrados pelos montantes abaixo (Ofício nº 92/2021/DICOTE/COJUR/PR/CA-CPRM, de 22 de junho de 2021):

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Responsabilidade Civil	270	395
Ações Trabalhistas	6.821	7.723
Outras Provisões		80
Total	7.091	8.198

Nota 18.1 - Ações com Perdas Possíveis

Os processos classificados como de risco possível pela Consultoria Jurídica, conforme ofício nº 92/2021/DICOTE/COJUR/PR/CA-CPRM, de 22 de junho de 2021, resultaram em 30 de junho de 2021 no valor de R\$ 8.555 e 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 9.659.

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Ações de Responsabilidade Civil	2.094	2.433
Ações Trabalhistas	6.461	7.226
Total	8.555	9.659

Nota 19 - Contas e Despesas a Pagar

São registrados valores a pagar, tais como Salários, Remunerações e Benefícios, Planos de Previdência e Assistência Médica, Retenções Diversas, e outros.

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Salários, Remunerações e Benefícios	11.562	12.632
Planos de Previdência e Assistência Médica	2.155	2.054
Retenções Sindicatos, Associações e Cooperativas	11	5
Retenções Planos de Seguros	165	165
Retenções – Empréstimos e Financiamentos	948	867
Outras Contas a Pagar	104	8
Total	14.945	15.731

19.a) Salários, Remunerações e Benefícios: Registra as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito. O saldo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 11.562, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 12.632.

19.b) Planos de Previdência e Assistência Médica: Registra os descontos efetuados em folhas de pagamento do pessoal para posterior recolhimento a favor de instituições de Previdência e Assistência Médica. O saldo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 2.155, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 2.054.

19.c) Retenções Sindicatos e Associações: Registra os valores das consignações retidos pela entidade, ou entregues a essa, para recolhimentos aos respectivos Sindicatos. O saldo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 11, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5.

19.d) Retenções Planos de Seguros: Registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento dos servidores referentes as contribuições a planos de seguro de vida em grupo. O saldo em 30 de junho de 2021 foi R\$ 165, enquanto em 31 de dezembro 2020 foi de R\$ 165.

19.e) Retenções – Empréstimos e Financiamentos: registra os valores das retenções efetuadas em folha de pagamento dos servidores referentes a empréstimos e financiamentos concedidos por terceiros (consignações), bem como retenções de parcelas de consórcios e segurados do INSS. O saldo em 30 de junho de 2021 foi R\$ 948, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 867.

19.f) Outras Contas a Pagar: Registra os valores de Benefícios previdenciários, Benefícios assistenciais a pagar, retenções a fornecedores de vale refeição e Fatura Cartão de pagamento do Governo Federal. O saldo em 30 de junho de 2021 foi R\$ 104, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 8.

Nota 20 - Convênios com Entidades Diversas

Os recursos recebidos de convênios com entidades diversas com ou sem destaques orçamentários são contabilizados em conta do Passivo Circulante e sua exigibilidade é apurado mensalmente após a aplicação desses recursos.

Conforme controle realizado pela Divisão de Execução Financeira DIEFIN/CPRM, os adiantamentos feitos pelas entidades a título de Convênio em 30 de junho de 2021 correspondem a R\$ 8.006, conforme quadro abaixo:

		R\$ Mil	
Entidades Diversas	Saldo em 30/06/2021	Saldo em 31/12/2020	
Sec. Estadual de Meio Ambiente e Rec. Hídricos – SEMAR Vigência: 26/07/19 a 31/03/20 Objeto: Execução de cadastramento de novos poços tubulares já existentes em cadastro na Bacia do Rio Guaribas no Estado do Piauí. Obs.: Baixa conforme prestação de contas.	-	140	
Secretaria Nacional de Defesa Civil/MI – SEDEC - MI TC 10/2013 Vigência: 07/06/13 a 07/06/14 Objeto: Recuperação de sistemas simplificados de abastecimento de água para suprir déficit de abastecimento no Município de Arcoverde no Estado de Pernambuco Obs.: Finalizado, aguardando aprovação da prestação de contas.	2	2	
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo – ANP Vigência: 20/02/15 a 20/02/2025 Objeto: Rateio das despesas de Administração da CPRM e ANP no prédio situado na Av. Pasteur, nº 404, onde está instalado o BDEP. Obs: Aplicação mensal de rateio das despesas administração da CPRM.	114	273	
Coordenação Geral de Recursos Logísticos – Ministério das Cidades Vigência: 25/09/07 a 21/09/08 Objeto: Capacitação de técnicos municipais para prevenção de riscos de desastres naturais em municípios dos estados do Rio de Janeiro. Obs.: Encerrado, porém, com saldo financeiro na CPRM.	37	37	
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Convênio 052/CPRM/2007 e Convênio 028/CPRM/2008 Vigência: 16/07/07 a 16/08/08 e Vigência: 02/09/08 a 02/12/08 Objeto: Implantar sistemas de abastecimento de água nas áreas dos assentamentos do Incra, através de perfuração de poços artesianos nos Projetos de Assentamentos do Estado de São Paulo, nos Municípios sob jurisdição da SR-08/SP, que apresentam pouco desenvolvimento e diversas demandas urgentes. Obs.: Finalizado, aguardando ateste na prestação de contas para devolução do saldo.	14	14	
Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental	85	88	

<p>Vigência: 31/11/18 a 30/11/20 Objeto: Elaboração do mapa hidrogeológico do Estado de Minas Gerais na escala 1:500.000, com o detalhamento na escala 1:100.000 da região do Quadrilátero Ferrífero. Obs: TED vencido, aguardando o gestor do convênio apresentar a prestação de contas.</p>		
<p>Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA</p> <p>Convênio nº 08/ANA - CPRM/2019 Vigência: 01/01/2020 a 30/06/2021. Objeto: Manutenção e Operação de estações de monitoramento da Rede Hidrometrológica Nacional (RHN), Implantação e Operação da RHNR e ainda operação de estações piezométricas do sistema Aquífero Urucuaia (Bacia do Rio São Francisco e Bacia do Rio Verde Grande). Obs.: Em andamento.</p>	5.996	9.705
<p>Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MMA</p> <p>Vigência: 05/10/19 a 05/10/20 Objeto: Monitoramento da recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina. Obs.: TED vencida, aguardando o gestor do convênio apresentar a prestação de contas.</p>	50	50
<p>Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MMA</p> <p>Vigência: 15/10/20 a 15/10/21 Objeto: Monitoramento da recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina. Obs.: Em andamento.</p>	170	170
<p>Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação - MAPA</p> <p>Vigência: 23/12/2020 a 23/12/2021 Objeto: Implementação, em ambiente WEBGIS, da Fase 2 da PLATAFORMA TECNOLÓGICA DO PRONASOLOS – composta dos módulos: Governança e Gestão (Sala de Situação e Controle); Ambiente de Execução e aperfeiçoamento dos módulos dos Portais de Dados e do Conhecimento. Obs: Em andamento.</p>	0	265
Total	6.468	10.744

Nota 21 – Convênios com Entidades Diversas – TED

Em relação aos Convênios com Entidades Diversas, a Coordenação-Geral de Contabilidade da União – CCONT alterou a rotina do Termo de Execução Descentralizada (TED, a partir do exercício 2019, conforme Mensagem nº 2019/0204238 de 29 de janeiro de 2019, emitida no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

O Departamento de Contabilidade, Orçamento e Finanças –DECOF verificou que a CCONT lançou os valores totais recebidos pela Companhia referentes a todos os TEDs (convênios) evidenciando as descentralizações externas de créditos orçamentários. Em contrapartida houve o registro de variação patrimonial diminutiva (despesa), que consequentemente, impactou o resultado da CPRM, gerando prejuízo em igual valor.

Buscando anular o impacto do resultado e preparar as Demonstrações Contábeis com informação útil para tomada de decisão, a Divisão de Contabilidade Geral realizou lançamentos no subgrupo de Convênios com Entidades Diversas – TED e, contrapartida no resultado.

Ressalta-se que a prática contábil adotada pela Companhia já era o reconhecimento do direito e da obrigação, no Balanço Patrimonial, classificados em contas patrimoniais análogas ao orientado pela CCONT.

A Divisão de Execução Financeira, que controla a movimentação do recurso, inclusive a prestação de contas, está em contato com os órgãos concedentes para ajustes dos saldos. Faz-se necessário esclarecer ainda, que a Companhia prestou conta dos montantes relevantes, porém a análise e a baixa pela aprovação, depende de tais órgãos.

Os convênios com entidades Diversas – TED registrados até 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, apresentam os seguintes valores:

	R\$ Mil	
	2021	2020
Convênios com Entidades Diversas – TED - ATIVO	85.870	78.356
Convênios com Entidades Diversas – TED - PASSIVO	85.870	78.356

As prestações de contas dos convênios entre a CPRM e Secretaria Nacional de Segurança Hídrica, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC e a Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano foram entregues pela CPRM e estão em análise pelo órgão cedente.

Abaixo, segue quadro resumo:

Entidades Diversas - TED	Nº CONV.	Saldo
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	ED 696289	416
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica	ED 673418	600
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC	ED 674588	44.093
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC	ED 674897	1.700

Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano	ED 680238	738
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	ED689568	1.333
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo – ANP	ED 689666	1.248
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	ED 694925	4.540
Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	ED 699549	22.647
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração SPOA/MMA	ED 698222	219
Agência Nacional de Águas - GEEFI/SAF/ANA	ED 1AAEDS	7.471
Secretaria de Inovações, Desenvolvimento Rural e Irrigação	ED 1AADOT	865
Total		85.870

Nota 22 - Credores Diversos

Classificam-se neste grupo os demais valores a pagar não relacionados a outros do Passivo Circulante, tais como Contribuição a Entidades de Previdência Privada, Diárias a Pagar, Depósitos e Cauções Recebidos, Depósitos Retidos de Fornecedores, Indenizações, Restituições e Compensações e outros.

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Contribuição a Entidades de Previdência Privada	762	748
Diárias a Pagar	438	1.307
Depósitos e Cauções Recebidos	237	211
Depósitos Retidos de Fornecedores	1	1
Indenizações, Restituições e Compensações.	3	2
Outros Credores	29	16
Total	1.470	2.285

22.a) Contribuição a Entidades de Previdência Privada: Registra os valores dos encargos sociais a recolher representados pela Contribuição Patronal a Entidades fechadas de Previdência Privada. O saldo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 762, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 748.

22.b) Diárias a Pagar: Registra os valores relativos as diárias a pagar. O saldo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 438, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.307.

22.c) Depósitos e Cauções Recebidos: Registra os valores das obrigações exigíveis contraídas com o recebimento de depósitos e/ou cauções pela entidade vinculados a contratos ou outros instrumentos, para garantias de operações específicas. O saldo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 237, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 211.

22.d) Depósitos Retidos de Fornecedores: Registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos recebidos/retidos de fornecedores em função de aplicação de multas e outras

determinações. O saldo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 1, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.

22.e) Indenizações, Restituições e Compensações: Registra as obrigações relativas a indenizações, restituições e compensações. O saldo em 30 de junho de 2021 foi de R\$ 3, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 2.

Nota 23 - Capital Social

Em 30 de junho de 2021, o Capital Social integralizado no valor de R\$30.148, está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A participação da União após o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada iniciado em novembro de 2000 alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

A composição acionária da empresa em 30 de junho de 2021 apresenta a seguinte distribuição:

	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%	Total de Ações	%
União Federal	2.580.626	98	288.963	92	2.869.589	97
Fazenda do Estado do Amazonas	-	-	1.169	-	1.169	-
Fazenda do Estado do São Paulo	28.073	1	18.715	6	46.788	2
Cia. Energética de Alagoas	116	-	116	-	232	-
Centrais Elétricas Brasileira – Eletrobrás	6.015	-	6.015	2	12.030	-
Petróleo Brasileiro S/A	12.031	1	-	-	12.031	1
Banco Central do Brasil	1.202	-	-	-	1.202	-
Centrais Elétricas Norte do Brasil	-	-	233	-	233	-
Indústrias Nucleares do Brasil	23	-	-	-	23	-
Cia. Mineradora Minas Gerais S/A	200	-	-	-	200	-
Cia. Paranaense de Energia – COPEL	674	-	594	-	1.268	-
Cia. Estadual Energia Elétrica – CEEE	467	-	-	-	467	-
Cia. Rio-grandense Saneamento (CORSAN)	233	-	-	-	233	-
Metais de Goiás S/A (METAGO)	584	-	116	-	700	-
CESP (Cia. Energética de São Paulo)	467	-	701	-	1.168	-
Cia. Rio-grandense de Mineração	39	-	-	-	39	-
Cia. Matogrossense de Mineração - METAMAT	400	-	-	-	400	-
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	-	-	400	-	400	-
Total	2.631.150	100	317.022	100	2.948.172	100

Nota 24 - Reservas de Reavaliação

A Companhia realizou parte dos valores registrados como Reservas de Reavaliação de seus imóveis de uso especial localizados nas Unidades Regionais do Rio de Janeiro e Goiânia, conforme lançamentos históricos e compulsórios feitos pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Em 2021, o valor da realização corresponde a R\$ 233 mil e teve como base os valores registrados como depreciação dos imóveis de uso especial, com exceção dos valores dos terrenos que não são depreciáveis. O prazo máximo estimado para a total reversão da Reserva de Reavaliação do imóvel no ERJ é de 9 anos e para o imóvel de GO é de 19 anos.

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Reserva de Reavaliação	06/2021	12/2020
Terreno	13.006	13.006
Imóvel	7.730	7.963
Total	20.736	20.969

Nota 25 – Resultado Acumulado

Nesta conta são registrados os resultados acumulados da Companhia. A empresa apresentou em 30 de junho de 2021, prejuízo acumulado no valor de (R\$ 15.249), representado abaixo:

	R\$ Mil	
	06/2021	12/2020
Resultado Acumulado	(15.249)	(17.446)
Total	(15.249)	(17.446)

Nota 26 - Receita Líquida de Serviços

A Receita Líquida de Serviços é apurada pela dedução dos Tributos Incidentes sobre a Receita Bruta de Serviços provenientes da atividade fim da Companhia, conforme evidenciado a seguir:

	R\$ Mil	
	06/2021	06/2020
Receita Líquida de Serviços	738	2.033
Total	738	2.033

Nota 27 - Custo dos Serviços Prestados

Os valores atribuídos aos Custos dos Serviços Prestados pela Companhia relativos aos serviços prestados, principalmente, conforme estudos *in loco* do Laboratório de Mineração –

LAMIN, em 30 de junho de 2021 foram estimados em R\$ 448 e em 30 de junho de 2020 em R\$ 1.227.

Nota 28 - Recursos da União para Operações e Investimentos

Conforme as três esferas de orçamento que compõem a Lei Orçamentária Anual (LOA), Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, a Companhia está incluída nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) da União e, conforme o Manual Técnico de Orçamento – MTO/2021, não está incluída no Orçamento de Investimento das Empresas Estatais (OI), isso porque a CPRM é uma empresa em que a União, diretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto, porém a programação consta integralmente nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Até 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020, a Companhia recebeu recursos do Tesouro Nacional e Convênios com Destaque Orçamentário de R\$ 212.626 e 230.497, sendo R\$ 184.833 e 206.911 para operações do ano corrente e R\$ 27.793 e 23.586 para pagamento de despesas de Restos a Pagar, respectivamente.

Os recursos do Tesouro Nacional para CPRM, empresa estatal dependente, destinaram-se a cobertura de pagamentos relacionados às categorias de gastos de pessoal e encargos sociais, dívida externa e interna e de custeio em geral e de capital, sem receber recursos de investimentos relacionados ao adiantamento para futuro aumento de capital e movimentaram as contas de resultado no SIAFI, como repasses recebidos, transferências recebidas para pagamento de restos a pagar e transferências concedidas para pagamento de restos a pagar.

Nota 29 - Despesas e Receitas Operacionais

Representam as despesas realizadas para a manutenção dos serviços da Companhia e outras receitas operacionais.

As Despesas Gerais, Administrativas e Outras Despesas e Receitas Operacionais apuradas até 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 tiveram as seguintes composições:

	R\$ Mil	
	06/2021	06/2020
Despesas com Pessoal	(144.985)	(140.820)
Encargos Sociais	(23.065)	(27.812)
Benefícios a Empregados	(594)	(477)
Plano de Previdência Complementar	(3.711)	(4.479)
Locação e Aquisição	(596)	(727)
Depreciação e Amortização	(5.834)	(6.096)
Despesas Tributárias	(2.153)	(2.402)
Serviços de Comunicação	(578)	(899)
Manutenção	(2.985)	(3.018)
Serviços Públicos	(1.333)	(1.629)
Serviços Profissionais Contratados	(42.216)	(49.143)

Materiais	(2.419)	(1.467)
Resultado com Ações Judiciais	(2.399)	(3.921)
Outras Despesas/Receitas	22.346	4.638
Total	(210.522)	(238.252)

Nota 30 - Despesas e Receitas Financeiras

Representam variações monetárias, variações cambiais, juros e outros. As Despesas e Receitas apuradas até 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 apresentam os seguintes valores:

	R\$ Mil	
	06/2021	06/2020
Despesas Financeiras	(829)	(1.284)
Receitas Financeiras	1.169	685
Total	340	(599)

Nota 31 – Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia, conforme ajustes estabelecidos pela legislação fiscal para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e para a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) - Lucro Real/Trimestral, apurou, a partir do seu resultado contábil, no primeiro trimestre de 2021, lucro fiscal no valor de 3.224, apurando IRPJ no valor de 555 e CSLL no valor de 203, acontecendo a sua contabilização no mês de abril de 2021.

Nota 32 - Resultado Líquido do Período

A Companhia apurou até 30 de junho de 2021, Lucro contábil de R\$ 1.976 e 30 de junho de 2020, prejuízo contábil de 7.548, conforme evidenciado na Demonstração do Resultado, de acordo com registros expressos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Nota 33 – Cobertura de Seguros

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre bens móveis, imóveis e almoxarifado, conforme apólice nº 3038/0000015/96, cuja vigência teve início às 24 horas do dia 07/01/2021 e término às 24 horas do dia 06/01/2022, firmada por meio do Contrato nº 002/PR/2021 (Processo SEI nº 48086.001751/2020-29) junto a **MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A**. A cobertura (valores segurados) perfazem um total de R\$284.825.152, sendo R\$105.381.257 referentes à Bens Imóveis, R\$33.531.319 referentes a Bens Móveis e Almoxarifado, R\$138.912.576 referentes a Incêndio, Explosão e Implosão, R\$5.000.000 referentes a Danos Elétricos e R\$2.000.000 referentes a Responsabilidade Civil. O prêmio total pago foi de R\$ 79.200,00.

Os seguros contratados dos bens móveis (veículos) foram realizados pela apólice nº 053196370913, cuja vigência teve início às 24 horas do dia 01/12/2020 e término às 24 horas do dia 30/11/2021, firmada por meio do Contrato nº 078/PR/2020 (Processo SEI nº 48086.001070/2020-61) junto a **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**. A cobertura (valores segurados) perfazem um total de R\$122.098,54 para um total de 214 veículos, cujo prêmio total é de R\$122.098,54, relativo a 214 veículos.

Nota 34 – Eventos Subsequentes - Laudo de avaliação patrimonial Teste de recuperabilidade (Impairment Test)

Durante o exercício de 2021, a Companhia adotou os procedimentos de avaliação patrimonial, com vistas a adequação dos prazos de vida útil e do valor residual e aplicação do teste de recuperabilidade (Impairment Test) para os bens dos ativos imobilizado, conforme Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos), 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado).

CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Todo o Ativo Imobilizado da Companhia passou no teste de recuperabilidade (Impairment Test), desse modo, não há qualquer indicativo ou indício de perda por redução ao valor recuperável. O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Depreciação Acumulada, asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedem seus valores de recuperação, não sendo necessário quaisquer ajustes.

CPC 27 Ativo Imobilizado

A Companhia realizou a revisão da vida útil e valor residual do Ativo Imobilizado, procedendo com os devidos ajustes de forma prospectiva a partir de **01/07/2021**.

Esteves Pedro Colnago
Diretor Presidente

Cassiano de Souza Alves
Diretor de Administração e Finanças

Alice Silva de Castilho
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Marcio José Remédio
Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Paulo Afonso Romano
Diretor de Infraestrutura Geocientífica

Itamar Vilarinho Brito
Contador CRC-DF 12688
CPF. 553.5918.831-87